



MULHERES NEGRAS PROTAGONISTAS NO BRASIL: IDENTIDADES INTERSECCIONAIS E A DECOLONIZAÇÃO DO SABER

MUJERES PROTAGONISTAS NEGRAS EN BRASIL: IDENTIDADES INTERSECCIONALES Y DESCOLONIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO

BLACK PROTAGONIST WOMEN IN BRAZIL: INTERSECTIONAL IDENTITIES AND THE DECOLONIZATION OF KNOWLEDGE

*Josimere Serrão Gonçalves Gonçalves*¹

*Joyce Otânia Seixas Ribeiro*²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar algumas mulheres negras brasileiras protagonistas buscando problematizar como a produção do conhecimento a partir da colonialidade do saber/poder produziu verdades, legitimou discursos e (in)visibilizou saberes, culturas e sujeitos, entre esses, as mulheres negras. Para esta abordagem, a metodologia utilizada baseia-se na pesquisa bibliográfica e na revisão de literatura de autores/as como: Joan Scott (1990); Quijano (2005); Ribeiro (2018), Santos (2010), entre outros, que colaboraram para o entendimento de como esta forma de dominação fez com que fosse instituído um padrão de sociedade e de sujeito, invisibilizando a mulher negra na historiografia. Por fim, numa perspectiva de resistência, traremos algumas mulheres negras que fizeram parte da historiografia, pesquisadoras negras que estão contribuindo para a decolonização do saber, propondo uma escrita de mulheres negras na qual as questões de gênero e raça possam ser problematizadas e outros sujeitos tenham suas vozes ecoadas.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Raça. Colonialidade. Descolonização do conhecimento.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Coordenação e Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Pará e em Relações Raciais para o Ensino Fundamental-UNIAFRO/UFPA).

² Doutorado em Educação/PPGED/ICED. Professora do Programa de Pós-graduação Cidades, Territórios, Identidades/PPGCITI/Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar algunas destacadas mujeres negras brasileñas que buscan problematizar cómo la producción de conocimiento a partir de la colonialidad del conocimiento/poder produjo verdades, legitimó discursos y saberes, culturas y sujetos (no) hechos, entre ellos, las mujeres negras. Para este enfoque, la metodología utilizada se basa en la investigación bibliográfica y la revisión de la literatura de autores como: Joan Scott (1990); Quijano (2005); Ribeiro (2018), Santos (2010), entre otros, quienes colaboraron para comprender cómo esta forma de dominación condujo al establecimiento de un estándar de sociedad y sujeto, invisibilizando a las mujeres negras en la historiografía. Finalmente, en una perspectiva de resistencia, traeré algunas mujeres negras que fueron parte de la historiografía, investigadoras negras que están contribuyendo a la descolonización del conocimiento, proponiendo una escritura de mujeres negras donde se problematizan temas de género y raza y otros temas han sus voces resonaron.

PALABRAS-CLAVE: Género. Raza. Colonialidad. Descolonización del conocimiento.

ABSTRACT

The objective of this work is to present some leading black Brazilian women seeking to problematize how the production of knowledge from the coloniality of knowledge/power produced truths, legitimized discourses and (un) made knowledge, cultures and subjects, among these, are black women. For this approach, the methodology used is based on bibliographic research and literature review by authors such as: Joan Scott (1990); Quijano (2005); Ribeiro (2018), Santos (2010), among others, who collaborated to understand how this form of domination led to the establishment of a standard of society and subject, making black women invisible in historiography. Finally, in a resistance perspective, I will bring some black women who were part of the historiography, black researchers who are contributing to the decolonization of knowledge, proposing a writing of black women where issues of gender and race can be problematized and other subjects have their voices echoed.

KEYWORDS: Genre. Coloniality. Decolonization of knowledge.

Conversas iniciais

No ano de 2018 o Grupo de Pesquisa em Gênero e Educação - GEPEGE, vinculado a Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba realizou o 7 Ciclo de debates sobre gênero e educação. Na ocasião trouxe para o palco a temática “Feminismo hoje: resistências, políticas, subjetivas e científicas”. O evento abordou sobre artefatos culturais e as relações de gênero na educação, identidade de gênero e educação infantil, mas também adentrou no debate sobre o feminismo decolonial. O que aqui ora partilhamos é parte deste ponta pé inicial oportunizado por esse grupo de estudos, no que tange ao debate acerca de outras vozes, neste caso, vozes de mulheres negras do Brasil, que foram silenciadas pelas opressões do racismo e do patriarcalismo, instituídos em nossas terras.

Então, queremos iniciar este texto com um exercício de decolonização. Propomos mexer na memória. Vamos ver se você adivinha de quem estamos falando: guerreira, lutadora, uma grande mulher. Não, não é a mulher maravilha.

[...] foi uma grande guerreira do Quilombo dos Palmares. Uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII e auxiliou Zumbi quanto às estratégias e planos de ataque e defesa do Quilombo. Embora não haja registros de seu local de nascimento os relatos levam a crer que nasceu no Brasil e se estabeleceu no Quilombo dos Palmares enquanto criança. Pertencia a nação Nagô- jejë, da Tribo de Mahi, religião muçulmana. Casou-se com Zumbi e com ele, teve três filhos: Motumbo, Harmódio e Aristogiton. Foi um exemplo de força dentro do quilombo. Ela plantava, trabalhava na produção da farinha de mandioca, cuidava das crianças e anciãos, caçava e lutava capoeira, além de empunhar armas e liderar as falanges femininas do exército negro palmarino. Liderança reconhecida no Quilombo, defendia a posição contrária ao Tratado de Paz assinado por Ganga-Zumba (tio de Zumbi) e pelo governo Português, que requeria a mudança dos habitantes de Palmares para as terras do Vale do Cacau. O Tratado também estabelecia que os negros livres ficassem livres e que os escravos voltassem a ser escravos. Ela não concordava, pois defendia junto com Zumbi, que a liberdade deveria ser para todos, não importando se era negro livre, escravizado, mestiço ou índio. Suicidou-se em 06 de fevereiro de 1694, ao ser capturada e levada como escrava após a destruição da Cerca dos Macacos, que fazia parte do Quilombo dos Palmares³.

Esta narrativa descreve uma mulher, uma mulher protagonista, uma liderança feminista negra. Ela fez parte da história, mas ficou invisibilizada na historiografia machista, sexista e racista. Esta heroína foi “Dandara”. Que aventura! Mas por que não conhecemos esta parte da história? Quem são os protagonistas da história? Nos bancos escolares aprendemos a história de quais personalidades? Quem são os heróis nacionais? Conhecemos histórias do Brasil que narram a respeito de mulheres negras? Existem mulheres negras guerreiras, protagonistas, líderes? Porque não conhecemos a história de mulheres negras?

Neste trabalho buscamos compreender como a produção do conhecimento a partir da colonialidade de saber/poder produziu verdades, legitimou discursos que por sua vez invisibilizou saberes, culturas e sujeitos, entre os quais as mulheres negras, objeto desta reflexão. Para esta abordagem, o procedimento metodológico utilizado baseia-se na pesquisa bibliográfica e na revisão de literatura que explora a temática, tomando como referência os/as autores/as: Scott (1990) e Louro (1997) que discutem

³ Trecho da história de Dandara publicado no blog Divergência-sem ponto final. Consultar <https://julianamittelbach.wordpress.com/mulheres-na-historia/dandara/>

sobre as questões de gênero; Crenshaw (2004) que trata do termo interseccionalidade; Quijano (2005) que esclarece sobre a colonialidade do poder/saber; Chimamanda (2017) que contribui argumentando sobre o perigo da história única; Kilomba (2016), Hall (2000), Santos e Menezes (2010) que auxiliam a pensar sobre a decolonização do saber; Ribeiro (2017, 2018) para discorrer sobre feminismos plurais e o lugar de fala, entre outros.

O texto foi estruturado em três eixos. No primeiro abordamos sobre a colonialidade do saber/poder e como esta forma de dominação fez com que fosse instituído um modelo padrão de sociedade e de sujeito, invisibilizando a mulher negra na historiografia. No segundo, trazemos as lutas dos movimentos feministas e como a mulher negra passou a reivindicar pautas nestes movimentos, evidenciando que as múltiplas formas de opressão podem produzir desigualdades e silenciamentos; por isso, um olhar interseccional poderá contribuir para a decolonização do conhecimento. Por fim, numa perspectiva de resistência, traremos algumas mulheres negras que fizeram parte da historiografia, pesquisadoras negras que estão contribuindo para a decolonização do saber, propondo uma escrita de mulheres negras como estratégias para a decolonização do conhecimento, no qual questões de gênero e raça possam ser problematizadas e outros sujeitos tenham suas vozes ecoadas.

1. A colonialidade do saber/poder: a invisibilidade da mulher negra na historiografia brasileira

A partir de 1436 os portugueses registraram em cartas e mapas do litoral onde navegavam a existência do Brasil. Naquele ano o navegador André Bianco anunciou o Brasil junto à descoberta das Antilhas e do mar de Sargãos. Em 1448 ele voltou a mencionar o Brasil, localizando-o a 1500 milhas entre as ilhas de Cabo Verde e o Cabo de São Roque (CHIAVENATO, 2012, p. 54).

Esta narrativa nos apresenta o olhar do viajante a procura de territórios que poderiam tornar-se colônias sob o comando de um Estado com soberania política. Este empreendimento é chamado de colonialismo.

Originário do latim *colônia* para o cultivo (especialmente de terra nova), este termo refere-se a práticas, teorias e atitudes envolvidas no estabelecimento e na manutenção de um império-sendo esta uma relação na qual um Estado, mantém efetiva soberania política sobre um território tipicamente distante. Entre os vários significados do imperialismo - do latim *imperium* (comando ou domínio) - está o

desejo de adquirir colônias e dependências (CASHMORE, 2000, p. 130).

Com a América Latina, mas especificamente com o Brasil, não foi diferente. O colonizador avistou o território, e logo mapeou tudo o que pudesse ser extraído enquanto riqueza deste novo território, até mesmo a utilização da mão-de-obra dos povos colonizados. Mas como esta dominação foi possível? A dominação ocorreu com a ajuda de um elemento fundamental: a "cultura". Pela penetração na cultura o colonizador ocupou espaços, introduziu novos sistemas de poder, impôs autoridade e novos padrões de desigualdades em territórios com povos diferentes.

Era característico do colonialismo que as potências conquistadoras vissem os povos colonizados como pessoas sem a menor relação com eles mesmos. O pressuposto dos colonizadores era o de que os colonizados eram diferentes física e culturalmente que não tinham nada em comum com eles: os colonizados eram os Outros. Crenças racistas foram evocadas para justificar uma ampla exploração - nativos faziam parte de uma espécie sub-humana e não podiam almejar serem tratados como de forma semelhante a seus senhores (CASHMORE, 2000, p. 131).

Com esta concepção, o domínio colonial adentrou em terras brasileiras e fez de seu povo nativo sua primeira mão de obra. Na busca da ocupação de terras, a escravização de povos indígenas tornou-se a ordem do dia para os primeiros colonos. Entretanto, por acordos políticos, a Igreja católica que em um primeiro momento apoiou a captura de indígenas, com a possibilidade de receber sua porcentagem nos lucros, deu seu aval a importação de negros africanos para servir de mão-de-obra escrava a ser utilizada no território colonizado. Para esta justificativa alegavam que os indígenas eram indolentes, não resistiam às doenças; na verdade, além de serem expostos a inúmeras doenças, passavam também por maus-tratos que os levavam a morte.

Ja os primeiros negros escravizados que desceram em terras brasileiras, já eram treinados em Portugal, e enviados nas primeiras expedições; mas foi com a produção da cana-de-açúcar que a mão de obra escrava teve seu apogeu no Brasil.

Um dos aspectos da relação entre os portugueses e os negros é que, ao descobrir o Brasil, Portugal tinha uma razoável experiência com a escravidão. Tanto que os primeiros negros que chegaram ao Brasil não vinham da África: eram trazidos de Portugal, já como escravos treinados. É possível que nas expedições de 1516 a 1526 vieram negros escravos. A partir de 1531, ou quando mais tardar 1550, os negros eram muitos no Brasil, ainda uma colônia despovoada. A partir de então, especialmente com a cana-de-açúcar, o Brasil vai ter cada vez mais negros; na verdade jamais existiria sem eles - e os vai explorar, triturar, sacrificar (CHIAVENATO, 2012, p. 84).

A importação desta mão de obra não estava ligada ao abastecimento interno mas a possibilidade de uma produção que pudesse atender ao mercado mundial “[...] a grande lavoura, inserido no sistema mercantilista da época, se caracterizava por produzir gêneros destinados ao mercado mundial” (PINSKY, 2011, p. 23), para isso a mão-de-obra negra escrava cumpriria este papel.

A desestruturação cultural do negro, aconteceu de forma brutal, na medida em que o empreendimento dos senhores crescia. Junto a ganância, as condições do negro piorava a cada dia.

Da captura na África até integrarem-se ao sistema de trabalho escravo nas fazendas brasileiras, eles perdiam o contato com sua tribo, seus costumes, a família, eram privados até do idioma, por que no geral juntavam-se negros de nações diferentes. Seus valores naufragavam, porque não tinham condições práticas de sobrevivência em um meio hostil, onde um irmão de infortúnio era um desconhecido (CHIAVENATO, 2012, p. 111).

Negros tornados escravos foram violentamente usurpados de sua cultura, e desta forma o colonizador conseguiu, pelas condições de trabalho desumanas destinada ao negro, gerar uma condição de vida infra-humana, pois coletivamente foram animalizados e estigmatizados.

É concretamente desta forma, ou seja, por meio do domínio cultural que o colonizador conseguiu incutir um padrão de sociedade e de sujeito. Tornou-se o padrão, o dono da história, o civilizado, o superior e, no contraponto, o colonizado seguiria como o sem história, o sem saber, o incivilizado, o inferior, o fora do padrão, o outro.

Em síntese, o colonialismo foi um movimento de dominação territorial, mas também de dominação de mentalidades. Para a efetivação deste projeto de sociedade a diferença colonial representou a peça chave desta engrenagem na qual “[...] os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais” (QUIJANO, 2005, p. 118). Quijano (2005) argumenta que essa dominação não foi apenas de terras mais também dos discursos, das atitudes, dos comportamentos, e das práticas que permanecem até os nossos dias. Para esta estratégia de domínio o sociólogo peruano denomina de “colonialidade”, mais precisamente colonialidade do poder/saber. O que isso significa?

A colonialidade do poder pode ser compreendida como um domínio político, territorial e de controle de matérias-primas em torno do capital e mercado mundial.

Assim:

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho. Mas ao mesmo tempo, essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. E nessa medida e dessa maneira, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista (QUIJANO, 2005, p. 120).

A Europa, neste contexto, assumiu a posição central do mundo capitalista, na qual o controle dos recursos, as formas de produção e as relações de trabalho tinham neste território a referência de desenvolvimento. Os demais espaços continuavam na condição de subalternos, e seus povos considerados inferiores. Já a colonialidade do saber diz respeito a episteme, ao conhecimento, ou seja, a imposição de saberes do ocidente, da Europa, como universais, desqualificando os demais saberes como ilegítimos. É o que explica Lander (2005):

Uma forma de organização e de ser da sociedade transforma-se mediante este dispositivo colonizador do conhecimento na forma 'normal' do ser humano e da sociedade. As outras formas de ser, as outras formas de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento, são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas. São colocadas num momento *anterior* do desenvolvimento histórico da humanidade (FABIAN, 1983), o que, no imaginário do progresso, enfatiza sua inferioridade. Existindo uma forma 'natural' do ser da sociedade e do ser humano, as outras expressões culturais diferentes são vistas como essencial ou ontologicamente inferiores e, por isso, impossibilitadas de se superarem e de chegarem a ser modernas (devido principalmente à inferioridade racial) (LANDER, 2005, p. 14).

Diante do exposto, é notório que o colonialismo estabeleceu um padrão de sociedade, e para atingir esta intencionalidade recorreu a diferença colonial. Assim, a partir do processo de dominação, garantiu a hegemonia imperial, impondo uma língua, uma cultura, uma religião e o estabelecimento de um sujeito padrão (homem, branco, europeu, heterossexual, cristão, etc.). A Europa tornou-se a civilização padrão. Os demais povos nativos e colonizados, foram considerados aqueles a quem falta algo, o

inferior, o irracional, o sem cultura, o sem saber. Desta forma, alguns sujeitos, alguns conhecimentos foram excluídos da história, entre estes, o saber e a história das mulheres negras. No entanto, vários movimentos surgiram evidenciando como a colonialidade do poder/saber como forma de dominação operou e continua operando na exclusão de diversos povos, sujeitos e saberes. Como nos esclarece Lander (2005, p. 14):

Os diferentes recursos históricos (evangelização, civilização, o *fardo do homem branco*, modernização, desenvolvimento, globalização) têm todos como sustento a concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente *superior* e *normal*. Afirmando o caráter universal dos conhecimentos científicos eurocêntricos abordou-se o estudo de todas as demais culturas e povos a partir da experiência moderna ocidental, contribuindo desta maneira para ocultar, negar, subordinar ou extirpar toda experiência ou expressão cultural que não corresponda a esse *dever ser* [...].

O processo de colonização, utilizou a religião, a linguagem, enfim, a cultura, para estabelecer quem estaria na categoria de superioridade e quem seria considerado inferior, como os indígenas na condição de primitivos, negros na de mercadorias. Assim, o colonizador elevou os conhecimentos eurocêntricos para o mais alto padrão e menosprezou e desqualificou os conhecimentos das nações colonizadas como experiências de pouco ou nenhum valor. Foi pela diferenciação racial que estabeleceu que indígenas e negros eram incapazes de pensar e, portanto, de progredir, desenvolver, sair do estágio primitivo. Como raças inferiores poderiam ser usadas até que suas forças de trabalho não pudessem mais servir para nada e, então, descartá-los, exterminá-los.

Não resta dúvida que se faz necessário reverter este pensamento, questionar estas grandes verdades, escavar na história, nas memórias, as experiências culturais que ficaram soterradas por esta versão unilateral do colonizador. Que outras histórias, invenções, reinados e sujeitos foram apagados, invisibilizados, para que em nome de uma dita “civilização” outros devires fossem negados e até extirpados.

No próximo item, trataremos sobre um desses movimentos, o “movimento feminista”, situando a mulher negra neste debate, destacando a relevância desta historiografia para a descolonização do conhecimento.

2. Os movimentos feministas e a mulher negra

As origens do patriarcado podem ser encontradas nas divisões sexuais primitivas de mão-de-obra, resultantes da transição dos modos de sobrevivência baseados na colheita e na procura de alimento para a caça, há provavelmente três milhões de anos. As mulheres,

incapacitadas de se engajar nas acrobacias fisicamente mais desafiadoras do grande jogo da caça durante a gravidez e períodos amamentação, e mais tarde (há 10 mil anos), da agricultura de subsistência, foram relegadas a outras tarefas rotuladas como de menor valor. O poder econômico masculino cresceu com a domesticação dos animais e a aquisição de rebanhos por parte dos homens, e a prosperidade resultante entrelaçava-se em vários sistemas patriarcais. O surgimento da propriedade como algo privado e não comunitário foi um fator predominante para o estabelecimento das relações de subordinação feminina (CASHMORE, 2000, p. 405).

Os movimentos feministas formaram-se justamente para romper com esta forma de dominação em que a mulher se encontrava, notadamente em relações de subordinação, disposta em uma escala de menor valor em razão de seus atributos físicos/biológicos em comparação ao homem (SCOTT, 1990)⁴. Nestes termos, os movimentos feministas são movimentos políticos, sociais e filosóficos que procuram a igualdade de direitos entre os homens e mulheres e visam romper com as estruturas patriarcais.

Os movimentos feministas passaram por períodos denominados de “ondas”. A primeira onda foi considerada mais uma luta política, com o principal objetivo a luta pelo sufrágio feminino assim como pelo direito ao trabalho, sem que para tal fosse necessária a autorização do marido. Durante a segunda onda a defesa pelo direito ao trabalho continuou, mas também pela liberdade sexual, ao prazer e ao combate à exploração sexual. A terceira onda, por sua vez, entre outras pautas, questiona os discursos universais que invisibilizavam mulheres negras no contexto das lutas feministas. Nesta perspectiva, os discursos universalizantes são questionados, haja vista que mulheres negras, por exemplo, são oprimidas de diferentes modos, o que impõe considerar os aspectos relacionados a raça e gênero⁵.

⁴ Joan Scott (1990, p. 3) considera que “No seu uso mais recente, o 'gênero' parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como 'sexo' ou 'diferença sexual'. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades. As que estavam mais preocupadas com o fato de que a produção dos estudos femininos centrava-se sobre as mulheres de forma muito estreita e isolada, utilizaram o termo 'gênero' para introduzir uma noção relacional no nosso vocabulário analítico. Segundo esta opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado.

⁵ Para Louro (2007, p. 240), raça e gênero são identidade constituídas no cerne da cultura e da história, pois “[...] é no âmbito da cultura e da história que supomos que as identidades se definem. Entendemos, também, que os sujeitos se constituem de múltiplas e distintas identidades (de gênero, de raça, etnia, sexualidade, etc.), na medida em que são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais.”. Ver: LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 25, pp. 235-245, 2007.

Na terceira onda, que teve início na década de 1990 e foi alavancada por Judith Butler, começou-se a discutir os paradigmas estabelecidos nos períodos anteriores, colocando-se em discussão a micropolítica. As críticas de algumas dessas feministas vêm no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, porque as mulheres são oprimidas de modos diferentes, tornando necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, levando em conta as especificidades de cada uma (RIBEIRO, 2018, p. 45).

As múltiplas formas de opressão que a mulher negra sofre precisam ser mapeadas e analisadas por meio da resistência teórica, expressa pelo uso do que Crenshaw (2004) denomina de *interseccionalidade*, pois a mulher negra não é oprimida somente por ser mulher, mas também por conta de sua classe, de seu pertencimento racial, sua sexualidade, entre outros marcadores sociais. Assim, a autora defende que é necessário o combate a estas múltiplas opressões a partir de um olhar interseccional⁶.

3. Descolonizar o conhecimento é preciso: algumas mulheres negras protagonistas na historiografia e na produção do conhecimento

O que significa descolonizar? Na etimologia da palavra “descolonizar” está a junção do prefixo “des” mais a palavra “colonizar”. Pode denotar a remoção de uma colônia fixada em um certo território desse mesmo local, ou emancipar um território colonizado, fazendo com que seja independente da nação imperial. Mas em nossos tempos qual o significado de descolonizar, já que não vivemos mais em tempos de conquistas de territórios?

Para Hall (2000), um estudioso das questões culturais, o domínio hoje não é mais do território, mas sim o domínio econômico, político e cultural, que faz com que nossas mentes continuem colonizadas, em razão de estarmos sob a égide de um conhecimento considerado verdadeiro, inquestionável, válido, que exclui outras formas de produção de conhecimento.

Chimamanda (2017), dentro desta perspectiva cultural, aponta uma nítida preocupação com a colonialidade do saber e nestes termos assinala em sua teorização o perigo da histórica única, também denunciando a historiografia eurocêntrica, conclamando outras narrativas possíveis. Nesta linha de pensamento, Santos e Menezes

⁶ Crenshaw (2004, p.10) enfatiza que a “[...] interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos. [...] ao sobrepormos o grupo das mulheres com o das pessoas negras, o das pessoas pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação por conta da sua idade ou por serem portadoras de alguma deficiência, vemos que as que se encontram no centro – e acredito que isso não ocorre por acaso – são as mulheres de pele mais escura e também as que tendem a ser as mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos”.

(2010) também lança o desafio de descolonizar a ciência, pois desta forma haverá possibilidade de novos olhares e novas configurações do conhecimento, por meio de uma epistemologia da resistência, que denominam de epistemologia do sul.

Designamos a diversidade epistemológica do mundo por epistemologia do sul. O Sul é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da nova Zelândia, não atingiram nível de desenvolvimento econômico semelhante ao Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes, muçulmanos) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que se beneficiam da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exercerem continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinado. A ideia central é, com já referimos, o que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extrema de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e\ou nações colonizadas. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre os conhecimentos (SANTOS; MENEZES, 2010, p. 19).

Uma epistemologia do Sul requer que os saberes de povos colonizados possam ter seus conhecimentos valorizados e desta forma os sujeitos pertencentes a outras geografias que não as hegemônicas possam ser visibilizados. Isto porque o processo de colonização fez com que algumas identidades fossem silenciadas. Por isso, descolonizar o conhecimento é uma tomada de atitude que pode evidenciar o que o colonialismo inferiorizou, os povos colonizados e seus conhecimentos, pois, em contrapartida, legitimou determinados saberes como hegemônicos. Neste sentido destaca:

Para descolonizarmos o conhecimento precisamos nos ater à identidade social não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas, desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outros são fortalecidas (RIBEIRO, 2018, p. 29).

Outra escritora que também contribui com este debate é Kilomba, colocando novas perguntas que podem nos ajudar a descolonizar o pensamento. Assim, destaca que o processo de descolonização consiste em “[...] fazer novas questões que ajudam a

desmantelar o colonialismo” (KILOMBA, 2016, p. 109), para que comecemos a narrar conhecimentos que sempre foram desqualificados e ocultados.

Para descolonizar o conhecimento é preciso que comecemos, então, por outras histórias. Para descolonizar o saber no que tange as questões de gênero e raça, ponto de debate deste texto, somos chamadas a questionar os discursos coloniais, interrogar as grandes narrativas, evidenciar outras vidas, outras formas de saber, vivências que estão fora das narrativas consideradas padrão, implodindo concepções euro-ocidentais e patriarcalistas localizadas no Norte.

Norte global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes, muçulmanos) foram sujeitos à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que se beneficiam da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exercerem continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinado. A ideia central é, com já referimos, o que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extrema de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizadas. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre os conhecimentos (SANTOS; MENEZES, 2010, p. 19).

Uma epistemologia do Sul requer que os conhecimentos de povos colonizados sejam considerados de modo a visibilizar identidades que o processo de colonização fez questão de esconder ou mesmo fazer desaparecer. Por isso, descolonizar o conhecimento é uma tomada de atitude que evidencia a estratégia do colonialismo com a diferença colonial, qual seja, definir uma epistemologia padrão, legitimando determinados saberes como hegemônicos. Neste sentido:

Para descolonizarmos o conhecimento precisamos nos ater à identidade social não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas, desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outros são fortalecidas (RIBEIRO, 2018, p. 29).

Para descolonizar o conhecimento é preciso começar, então, por outras histórias. Para descolonizar o saber no que tange as questões de gênero e raça, ponto de debate deste texto, somos chamadas a questionar os discursos coloniais, interrogar as grandes narrativas, evidenciar outras vidas, outras formas de saberes e vivências que estão fora

das narrativas consideradas padrão, diluindo as concepções euro-ocidentais, patriarcalistas e heteronormativas, enfim, é imperativo questionar as narrativas hegemônicas que se tornaram grandes verdades.

Respondendo às perguntas iniciais sobre a existência de mulheres negras protagonistas da história, é possível afirmar que elas existiram/existem e foram/são peças fundamentais para a historiografia. Vejamos no quadro abaixo:

Quadro 1 - Mulheres negras protagonistas

nº	Identificação	Historiografia	Fonte
1	Aquiltune (1600-?): princesa e comandante militar.	Ajudou a consolidar o Quilombo dos Palmares como refúgio dos escravos na colônia.	https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/
2	Tereza de Benguela (Brasil).	Nascida no século XVIII, liderou o Quilombo Quariterê, nas proximidades de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso. Conhecida como “Rainha Tereza”, ela chefiou a comunidade formada por cerca de cem pessoas, entre negros e indígenas, entre 1750 e 1770.	https://www.geledes.org.br/conheca-dez-mulheres-negras-que-fizeram-historia-na-america-latina-e-no-caribe
3	Antonietta de Barros.	Jornalista, professora e política brasileira. Foi a primeira negra brasileira a assumir um mandato popular, tendo sido pioneira e inspiração para o movimento negro, apesar de um grande apagamento de sua história, que vem sendo retomada aos poucos	https://www.hypeness.com.br/2016/07/voce-conhece-a-historia-de-antonietta-de-barros-a-primeira-mulher-negra-eleita-deputada-no-Brasil
4	Dandara (?-1694): Guerreira.	Participou da resistência contra o governo português lutando ao lado das tropas que defendiam o Quilombo dos Palmares. Para não ser pega pelos soldados coloniais, Dandara preferiu suicidar-se, atirando-se num precipício	https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/
5	Mãe Menininha do Gantois (1894-1986): Iyalorixá.	Foi escolhida aos 28 anos para ser a dirigente do Gantois, terreiro que havia sido fundado por sua bisavó. Na década de 30, as celebrações de Candomblé e/ou Umbanda estavam proibidas por lei. Porém, ela se destacou em fazer que o Candomblé fosse conhecido por intelectuais e políticos.	https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/
	Carolina de Jesus (1914-1977): escritora	Frequentou a escola somente por dois anos. Em busca de uma vida melhor, foi para São Paulo onde viveu na favela de Canindé e sustentava os três filhos vendendo papel e ferro. Na década de 60, a favela seria deslocada por conta da especulação imobiliária e Carolina narra o cotidiano do lugar num diário. Ali conta as mazelas e a luta pela sobrevivência numa linguagem crua, mas poética. O jornalista Audálio Dantas, da Folha da Noite, que cobria a ação do governo, ajuda Carolina publicar suas anotações. O livro seria lançado com o título “Quarto de Despejo”. A publicação torna-se um sucesso imediato e é traduzida para 29 idiomas. Seguiriam a continuação, onde ela descreve o lugar da mulher negra dentro da sociedade brasileira, e “Provérbios”. Sua biografia seria publicada postumamente, em 1986, como “Diário de Bitita”.	https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/

7	Ruth de Souza (1921): atriz.	Foi a primeira atriz negra a atuar no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Igualmente, foi a primeira a atriz negra a receber uma indicação de melhor atriz com seu papel no filme "Sinhá Moça". Isto ocorreu no Festival de Internacional de Veneza, em 1954.	https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/
8	Laudelina de Campo Melo.	Fundadora do primeiro sindicato de trabalhadoras domésticas do Brasil.	http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil
9	Adelina, a charuteira. Escrava e abolicionista	Era adolescente quando seu pai e senhor sofreu um revés financeiro, empobrecu e passou a fabricar charutos. Adelina era a encarregada das vendas: duas vezes ao dia, ia pela cidade entregando tabuleiros de charutos de botequim em botequim, e vendendo avulso para os transeuntes. Em sua peregrinação por São Luís, procurava parar sempre no Largo do Carmo, onde estudantes do Liceu eram seus fregueses. Aí teve a oportunidade de assistir a numerosos comícios abolicionistas promovidos pelos estudantes nas escadarias da escola. Apaixonou-se pela causa e passou a frequentar manifestações e passeatas em prol da abolição da escravidão.	Livro: SHUMARHER, Schuma; BRASIL, Erico Vital (Orgs.). Dicionário mulheres negras do Brasil: de 1500 ate a atualidade-biografia e ilustrado. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001, p.30.
10	Almerinda Farias gama (1899-?): Advogada, feminista e líder sindical.	Uma das primeiras mulheres negras na política no Brasil. Tornou-se datilógrafa profissional. Almerinda saiu pela cidade de Belém em busca de emprego e encontrou um que oferecia a remuneração de 300 réis para o cargo de datilógrafo. Descobriu, no entanto, que o salário destinado a uma mulher no mesmo cargo era apenas de 200 réis, um terço menor do que receberia um homem, desempenhando as mesmas atividades. Indignada, decidiu, em fevereiro de 1929, mudar-se para a cidade do Rio de Janeiro, onde logo se inseriu no mercado de trabalho. Como líder sindical – foi presidente do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos –, apoiou as iniciativas de Bertha Lutz*, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*	Livro: SHUMARHER, Schuma ; BRASIL, Erico Vital (Orgs.). Dicionário mulheres negras do Brasil: de 1500 ate a atualidade-biografia e ilustrado. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001, p. 126.
11	Benedita da Silva (1942-atual): Primeira senadora negra do Brasil.	Sua atuação nos movimentos de favela, no movimento negro e de mulheres foi a ponta de lança para sua candidatura como vereadora nas eleições municipais de 1982 pela legenda do Partido dos Trabalhadores (PT). Eleita, sua trajetória política foi meteórica, tornando-se a primeira mulher negra a atingir os mais altos cargos da história do Brasil: vereadora, deputada federal constituinte, reeleita para um segundo mandato em 1990, senadora, em 1994, com mais de 2 milhões e 400 mil votos, e vice-governadora no pleito de 1998. Seus mandatos foram marcados pela defesa das mulheres e dos negros.	Livro: SHUMARHER, Schuma ; BRASIL, Erico Vital (Orgs.). Dicionário mulheres negras do Brasil: de 1500 ate a atualidade-biografia e ilustrado. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001, p. 126.

12	Marielle Franco (1979-2018): socióloga, ativista e vereadora.	Disputou as eleições municipais, elegendendo-se como a quinta vereadora mais votada e a terceira mulher negra a ganhar este cargo na cidade do Rio de Janeiro. Em 2018, Marielle Franco voltou suas atenções para a intervenção federal que está ocorrendo no estado Rio de Janeiro e se tornou uma das principais críticas deste projeto. Foi assassinada, enquanto voltava para casa, após participar de um evento sobre mulheres negras no bairro da Lapa.	https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/
----	---	---	---

Fonte: Elaborado por Gonçalves, 2020.

Neste quadro encontramos mulheres negras, princesas, comandante militar, guerreiras, abolicionistas, escritoras, atriz, ativista política etc., que passaram por um longo período desconhecidas, não compunham a historiografia nacional, pois não eram consideradas histórias legítimas, autorizadas como conhecimentos válidos.

Conhecer histórias como essas, nas quais mulheres negras são protagonistas constitui uma forma de combater a hierarquização dos saberes e ao mesmo tempo resistir para que as vozes silenciadas possam ser ouvidas e tornem-se parte da historiografia soterrada pelas epistemologias dominantes. Para Ribeiro (2017), não ter espaços de fala leva a invisibilidades e até mesmo a não ser ouvido. O falar permite o existir e ao mesmo tempo questionar as histórias tradicionais que nos foram contadas.

[...] não poder acessar certos espaços, acarreta em não ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicações, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos o lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social (RIBEIRO, 2017, p. 65).

Oportunizar esses espaços de fala é acreditar que os saberes produzidos por sujeitos de grupos historicamente racializados. Esta postura está para além de apenas se colocar contrário a discursos considerados importantes, pois, no fim, constituem-se em lugares de potência para outro desenho do mundo.

Nesta perspectiva, escritoras negras têm desenvolvido uma escrita de mulheres negras, ocupando um lugar de fala que historicamente lhes fora negado por uma sociedade machista, sexista e racista. Em suas escritas interrogam, questionam, plantam dúvidas, quebram correntes, instauram incertezas, provocam debates e mostram que é possível descolonizar o saber apresentando o mundo por intermédio de outras lentes.

Assim, algumas pesquisadoras negras brasileiras têm se dedicado a produção intelectual buscando a descolonização do conhecimento. São elas:

Lélia González, Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Maria de Lourdes Siqueira, Ana Célia da Silva, Marluce Macêdo, Maria Nazareth Fonseca, Rachel Oliveira, Vanda Machado, Nilma Lino Gomes, Narcimária Luz Patrocínio, Edna Roland, Fernanda Felisberto, Wlamyra Albuquerque, Iolanda Oliveira, Marilena Chauí, Florentina Souza, Petronilha Beatriz, Rosângela Souza, Dyane Brito Reis, Fátima Aparecida, Eliane Cavalleiro, Inês Barbosa, Jeruse Romão, Edna Roland, Anória Oliveira, Ana Cláudia Pacheco, Denize Ribeiro, Ângela Figueiredo, dentre outras (SANTIAGO, 2017, p. 59).

Conhecer histórias de mulheres negras desta vez como protagonistas, constatando sua contribuição em nossa historiografia nos leva a outros referenciais. A produção intelectual de mulheres negras tem um papel significativo para desestabilizar discursos que por longos períodos colocaram-na em um lugar de desautorização, tanto de seu discurso como da produção de conhecimento.

O lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas [...] Ao promover múltiplas vozes, o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal. Busca-se aqui, sobretudo, lutar, romper com o regime de autorização discursiva (RIBEIRO, 2018, p. 70).

Portando, descolonizar o conhecimento é preciso para que outras formas, saberes, identidades, modos de vida e práticas possam ser visibilizadas. Por meio de ações desta natureza é possível vencer preconceitos, racismos e discriminações, porque vivências positivadas podem ser partilhadas, como a de mulheres negras em uma historiografia na qual são protagonistas ou produtoras de conhecimentos.

Conclusão

Quais histórias conhecemos? As histórias que povoam nossas memórias são aquelas que nos foram contadas durante nossa permanência nos bancos escolares das instituições de ensino por qual passamos. São fatos heróicos como aqueles reproduzidos em livros didáticos que trazem homens brancos das classes abastadas como os verdadeiros e únicos personagens da historiografia. Neste trabalho, procuramos, a partir dos aportes teóricos selecionados, problematizar a questão do conhecimento apontando que em nossa sociedade ocorreu à dominação de territórios e, em consequência disso, também a dominação do saber. Devido a colonialidade do poder/saber, determinados conhecimentos tornaram-se legítimos, autorizados e verídicos. Neste sentido, os homens da história, as grandes personalidades, os heróis nacionais, os líderes, os protagonistas,

estabeleceram um padrão de sujeito que, por sua vez, invisibilizou outros sujeitos que não estavam dentro deste padrão.

A permanência da colonialidade poder/saber fez com que vozes, sujeitos, identidades e saberes fossem silenciados, desautorizados, vistos como ilegítimos e inferiores. Neste trajeto encontram-se as mulheres negras que, consideradas fora do padrão hegemônico, tiveram suas histórias invisibilizadas. Assim, nossa intenção nesta reflexão foi apontar que precisamos descolonizar o conhecimento para que, assim, outras epistemologias sejam possíveis. É desta forma “[...] aprender que existe o sul; aprender a ir para o sul; aprender a partir do sul e com o sul” (SANTOS, 2005, p. 508).

Conhecer a história de mulheres negras protagonistas, guerreiras, ativistas, bem como de intelectuais negras, pesquisadoras, produtoras de conhecimento, é um pouco deste movimento para problematizar a questão da colonialidade do poder/saber e realizar o que Santos (2005) nos propõem, a saber, que existe outras epistemes, que precisamos conhecê-las, ir até elas, aprender a partir delas e com elas. A história de mulheres negras tem muito a nos ensinar. Então nos abramos para outras epistemologias.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Para educar crianças feministas: um manifesto*. Tradução Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ALVES, Alê. Conheça dez mulheres negras que fizeram história na América Latina e no Caribe. Opera Mundi. Disponível: <https://www.geledes.org.br/conheca-dez-mulheres-negras-que-fizeram-historia-na-america-latina-e-no-caribe>. Acesso em: 19 de Nov., 2018.

BEZERRA, Juliana. *Personalidades Negras Brasileiras*. Disponível: <https://www.todamateria.com.br/personalidades-negras-brasileiras/>. Acesso em: 19 de Nov., 2018.

CASHMORE, Ellis *et al.* *Dicionário de relações étnicas e raciais*. São Paulo: Selo Negro, 2000.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Negro No Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Painel 1-Cruzamento: raça e gênero*, p.7-16,2002. Disponível em: <https://nsp.unb.br/popnegra/index.php/biblioteca/2-genero-raca-e-saude/5-a-interseccionalidade-na-discriminacao-de-raca-e-genero>. Acesso em 15 de abril de 2021.

LANDER, Edgardo (Coord.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas*. Coleção Sul, CLACSO: Cidade Autónoma de Buenos Aires, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar, escrever. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 25, pp. 235-245, 2007.

MITTELBAACH, Juliana. Mulheres na história: Dandara. *blog Divergência-sem ponto final*. Disponível em: <https://julianamittelbach.wordpress.com/mulheres-na-historia/dandara/>. Acesso em 30 de Out., 2018.

PAIVA, Vitor. *Já ouviu falar de Antonieta de Barros, a primeira mulher negra eleita deputada no Brasil*. Disponível: <https://www.hypeness.com.br/2016/07/voce-conhece-a-historia-de-antonieta-de-barros-a-primeira-mulher-negra-eleita-deputada-no-Brasil>. Acesso em 19 de nov., 2018.

PINSKY, Jaime. *A escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

PORTAL, EBC . *Conheça 8 mulheres que influenciaram a luta pelos direitos femininos no Brasil*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/03/feminismo-conheca-mulheres-precursoras-da-luta-pelos-direitos-da-mulher-no-brasil> . Acesso em 19 de Nov., 2018.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América latina*. In: LANDER, Edgardo (Coord.). *A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências sociais*. Perspectiva latino americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

_____. *Quem tem medo do Feminismo negro?* 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. Entrevista concedida por Grada Kilomba. O Racismo é uma problemática branca. *Blog Carta Capital*, 2016. Disponível em: cartacapital.com.br/politica/2016-03-01-co-racismo-e-uma-problemativa-branca-2016-03-01-conversa-com-grad-kilomba>. Acesso em dez., 2018.

SANTIAGO, Ana Rita. Intelectuais negras: Entre a invisibilidade e a resistência. In: SANTIAGO, Ana Rita et al. (Orgs.). *Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro*. Cruz das Almas: UFRB, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Toward a New Common Sense: law, Science and politics in the paradigmatic transition*. Nova Iorque: Routledge, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v.16, n.2. jul./Dez.,1990.

SHUMARHER, Schuma; BRASIL, Erico Vital (Orgs.). *Dicionário mulheres negras do Brasil: de 1500 até a atualidade - biografia e ilustrado*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001, p. 126.

Recebido em fevereiro de 2021.

Aprovado em abril de 2021.

Revista
Diversidade
e Educação